

**AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST:**

**UM ESTUDO PRELIMINAR**

Patricia Amorim[[1]](#footnote-0)

Ricardo Serra Borsatto[[2]](#footnote-1)

Giovanna Bonilha Milano[[3]](#footnote-2)

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

**RESUMO**

Tendo em vista a diversidade e a relevância da agricultura urbana no município de São Paulo, neste trabalho, nosso objetivo é elaborar um panorama introdutório sobre as condições de produção de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com foco nas hortas coletivas de suas ocupações nas periferias e hiperperiferias da cidade. Trata-se de um estudo de caráter etnográfico, que mobiliza como recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, por meio de visitas exploratórias a ocupações, participação em mutirões nas hortas e em eventos promovidos pelo MTST. O mapeamento aqui apresentado, ainda em fase inicial, aponta virtudes e desafios dessa prática no contexto do movimento de moradia e contribui para o entendimento da agricultura urbana enquanto carro-chefe de uma das mais importantes frentes de luta que atualmente orientam o MTST: o direito à moradia digna e a reivindicação por segurança e soberania alimentar nos territórios populares.

Palavras-chave: MTST; territórios populares; agricultura urbana; hortas coletivas; segurança alimentar e nutricional.

**INTRODUÇÃO**

Nas duas últimas décadas, a agricultura urbana e periurbana[[4]](#footnote-3) na cidade de São Paulo tem se desenvolvido significativamente em suas mais diversas expressões, contextos e escalas. Essas iniciativas podem empregar técnicas de cultivo convencional, orgânico ou agroecológico[[5]](#footnote-4). Mobilizam pessoas de diferentes classes sociais, em bairros centrais e em regiões periféricas, abarcando cooperativas, quintais urbanos e hortas comunitárias em espaços privados e públicos, dedicados à produção de hortaliças, legumes, frutíferas, plantas medicinais e temperos destinados à comercialização ou ao autoconsumo, além de trocas e doações.

Segundo Nagib e Nakamura (2020), a agricultura urbana em São Paulo é um dos meios para se promover a inclusão social, o combate à fome, o uso de terras ociosas, a educação e revitalização ambiental, a alfabetização alimentar, a geração de emprego e renda, o incentivo à solidariedade e à cooperação comunitária, recebendo fomento por meio de leis e programas municipais desde 2004.

Sobre o conceito de agricultura urbana, é importante explicitar que, nesta pesquisa, compactuamos com Almeida (2016) e entendemos esta modalidade agrícola a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2011) sobre o direito à cidade, na qual ela não seria apenas um resquício do rural, fadada ao desaparecimento, mas parte do processo de produção, apropriação e transformação do espaço urbano e metropolitano. Nesse sentido,

[...] a agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade, envolvendo pessoas que não necessariamente possuem um passado rural nem possuem vínculos ou saberes rurais, mas que têm ocupações e inserções profissionais diversas que fazem emergir outros saberes em suas práticas. São experiências que buscam conhecimentos tradicionais mas também se alinham a tecnologias e conhecimentos próprios de contextos urbanos, gerando inovações sociais e desenvolvendo outros arranjos de consumo-produção (ALMEIDA & BIAZOTI, 2018, n.p).

Assim, tendo em vista que pensar o rural contemporâneo também pressupõe pensar a cidade, e reconhecendo a heterogeneidade, riqueza e relevância das práticas de agricultura urbana que se apresentam no município de São Paulo, neste trabalho, temos como objetivo elaborar um panorama introdutório sobre as condições de produção de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com foco nas hortas coletivas de suas ocupações[[6]](#footnote-5) nas periferias e hiperperiferias da cidade.

Importa registrar que este artigo é fruto de pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar, campus Araras/SP. Foram empregados como recursos metodológicos neste estudo etnográfico (MARCONI & LAKATOS, 2010), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, a qual compreende visitas exploratórias a ocupações, participação em mutirões nas hortas e em eventos promovidos pelo MTST, conversas informais com militantes, registros fotográficos e diário de campo. Acreditamos que, a partir das informações aqui reunidas, conseguiremos, em etapa posterior de pesquisa, compreender mais a fundo as motivações, características e desafios dessa forma peculiar de agricultura urbana desenvolvida no contexto do movimento de moradia.

**MTST: NOVO CICLO DE LUTAS**

O MTST é atualmente a maior referência nacional na luta contra a desigualdade habitacional nas cidades (VICTOR, 2018; FALCHETTI, 2022). Em sua Cartilha de Princípios, apresenta-se como um movimento territorial, cujos objetivos centrais são a construção de poder popular, a batalha por reforma urbana e o enfrentamento contra os interesses do capital (MTST, 2015). Fundado em 1997, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MTST organiza, a partir da periferia, trabalhadores urbanos precarizados ou desempregados em situação sem-teto, ou seja, que não possuem moradia própria e/ou não conseguem pagar aluguel. Seu repertório de ação, ao longo de mais de duas décadas, independentemente de oscilações nas interações socioestatais, tem privilegiado as ocupações de terras urbanas, o bloqueio de avenidas e rodovias, a ocupação de prédios públicos, as marchas e os protestos de rua como formas de pressão sobre os governos para o atendimento de suas demandas.

Nos últimos anos, contudo, uma mudança nesse repertório de confronto é visível. Especialmente a partir do governo de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (2019–2022), o qual, ainda na campanha eleitoral de 2018, defendia "tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro", bem como "retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81" (O CAMINHO, 2018, n.p). Diante de tais bravatas, e num processo interno que já denunciava uma renovação em curso desde as jornadas de junho de 2013 (SCERB, 2021; FALCHETTI, 2022), o Movimento, em 2018, passou a concentrar-se na discussão de estratégias frente às promessas de autoritarismo do governo eleito.

Em 2019, com Bolsonaro empossado, o Ministério das Cidades, criado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi extinto, e suas atribuições repassadas para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional, numa clara desconsideração às reivindicações dos movimentos sociais e pouca disposição para o diálogo com a sociedade civil organizada. Os gastos públicos com políticas habitacionais sofreram cortes drásticos ao longo dos anos e, ao final do governo, em 2022, o programa Casa Verde e Amarela[[7]](#footnote-6), responsável pela produção de moradias subsidiadas para a população de baixa renda, tinha orçamento previsto para o ano seguinte de apenas 34,1 milhões (CASTRO, 2022).

Tal descaso com o problema da habitação popular compôs apenas uma pequena fração do cenário sociopolítico do país dos últimos cinco anos, marcado, entre outros retrocessos, pelo recrudescimento do reacionarismo político-cultural, do militarismo e do ultraliberalismo (ARAÚJO & CARVALHO, 2021). Não é à toa, portanto, que nesse mesmo período o MTST decida somar a suas escolhas táticas de ação direta a incursão à política institucional (FALCHETTI, 2022), com a candidatura de sua principal liderança, Guilherme Boulos (PSOL), à presidência da República em 2018, à prefeitura de São Paulo em 2020 e ao legislativo federal em 2022, a qual venceu como o deputado federal mais votado por São Paulo. Exemplo de uma tendência já percebida por pesquisadores ao discutirem a possibilidade de variação do repertório de confronto dos movimentos de moradia numa conjuntura caracterizada por "uma inflexão ultraliberal e com significativas transformações na relação entre sociedade civil e Estado" (SORAGGI, ARAGÃO & CORRÊA, 2019, p.1).

É diante desse pano de fundo e durante a pandemia global do coronavírus (COVID-19) – período de crise econômica e sanitária agravada pela inépcia do governo federal, com o crescimento do desemprego, dos assentamentos precários em várias cidades do país (LUCCA, 2022), do contingente de pessoas em situação de rua (DIAS & MIGLIARI, 2022) e com o retorno do Brasil ao mapa da fome (FAO, 2022) – que o MTST inaugura, em 2021, o projeto Cozinhas Solidárias[[8]](#footnote-7) e o programa de hortas coletivas em suas ocupações.

Tais iniciativas – relacionadas ao direito humano à alimentação adequada (DHAA), à segurança alimentar e nutricional[[9]](#footnote-8) e à soberania alimentar[[10]](#footnote-9) da população sem-teto, periférica e marginalizada, base social do MTST – distinguem-se das experiências de interação conflitiva com o Estado até então priorizadas pelo Movimento. Baseadas na solidariedade e na cooperação, essas ações recentes buscaram, em alguma medida, preencher ausências do aparato governamental, o qual, na circunstância crítica de pandemia, ao invés de mitigar os impactos da crise, contribuiu para atualizar o dilema há muito vivido pelos pobres urbanos de "ou pagar aluguel ou comer" para a angústia do "nem pagar aluguel e nem comer".

Para além do período pandêmico, contudo, conforme sinaliza a própria militância, as Cozinhas Solidárias e as hortas coletivas tornaram-se emblemas de duas das principais frentes de luta que atualmente orientam o Movimento: o direito à moradia digna e o combate à fome com acesso à alimentação de qualidade pela população periférica.[[11]](#footnote-10) No sentido de melhor conhecer uma dessas operações, traçaremos, no tópico a seguir, um quadro geral e preliminar da agricultura urbana que vem realizada pelo MTST.

MTST E AGRICULTURA URBANA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

A cidade excludente e as ocupações

Organizadas ou não por movimentos populares, as ocupações erguem-se em condições de total precariedade, sendo um fenômeno intrinsecamente relacionado ao crescimento das desigualdades na produção do urbano. Dentre suas principais causas estão a especulação de terras urbanas e expansão do mercado imobiliário, a segregação socioespacial e racial nas cidades, a violência financeira no acesso à moradia, o déficit habitacional, o desemprego e a precarização do trabalho. É evidente ainda a atuação ineficiente do Estado, por meio inclusive do desmonte ou ausência de políticas públicas integradas e efetivas para a promoção do bem-estar e retirada dos grupos vulnerabilizados da estagnação social.

Perpetua-se assim a inacessibilidade ou deterioração de bens e serviços necessários para a reprodução da vida pela população em condição de pobreza ou extrema pobreza, forçada a ocupar e se estabelecer em terrenos irregulares, públicos ou privados; em áreas de risco de desabamento, deslizamento e alagamento; ou em áreas de proteção ambiental. Ficando, esses indivíduos, sem nenhuma segurança jurídica de posse sobre sua moradia, nem segurança do ponto de vista físico (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2022).

A pandemia por COVID-19 tornou esse problema ainda mais grave. De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, o número de ocupações na cidade cresceu 136% entre fevereiro de 2020 e setembro de 2022, contabilizando um total de 516 aglomerados monitorados pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) (LUCCA, 2022). Realidade que diz respeito a um contigente de 97 mil famílias vivendo em assentamentos irregulares só em São Paulo (VILAS BOAS, 2022).

Segundo Paolinelli & Canettieri (2019, p. 832), esse cenário excludente, característico do urbanismo neoliberal, acaba por desencadear tanto a informalidade habitacional quanto a organização popular em busca de direitos, o que circunscreve as ocupações organizadas como "forma de luta urbana no contexto da urbanização no capitalismo periférico". Na cidade de São Paulo, dentre dezenas de movimentos sociais por moradia cuja forma de atuação se dá prioritariamente por meio de ocupações organizadas estão o MTST, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

No tocante às ocupações mobilizadas pelo MTST, estas se instalam em grandes terrenos abandonados, públicos ou de particulares, usados para especulação imobiliária, em regiões periféricas ou hiperperiféricas, com infraestrutura básica inicialmente restrita a ligações clandestinas de água e luz. Esses locais, geralmente tomados por matagais, apresentam solo contaminado e/ou acúmulo de lixo, entulho e sobras de ocupações anteriores, além de abrigarem animais peçonhentos. Eventualmente, é possível que tais terrenos incluam áreas de preservação permanente (APP) e/ou reserva legal.

O local também é palco de conflitos internos e alvo da violência do Estado em função da criminalização dos movimentos de moradia por uma parte do Judiciário e da mídia. Desse modo, os sem-teto ficam constantemente sujeitos a despejos e operações de reintegração de posse, muitas vezes executadas com truculência pela Polícia Militar ou Polícia Ambiental e sem plano de realocação dos acampados e/ou acompanhamento dos orgãos de assistência social obrigatórios. Ressalta-se ainda a eventual pressão que essas famílias podem sofrer por parte de facções criminosas, "tornando mais aflitiva a situação de precariedade em que vivem" (VÉRAS, 2016, p. 197).

A costura dessa comunidade enfrenta inúmeros e complexos desafios. Passam a conviver juntos, nas condições acima descritas, adultos, crianças, jovens e idosos pauperizados e marginalizados, com histórias de exposição cumulativa a diversos tipos de riscos. O perfil social costuma ser de pessoas com baixíssimo grau de escolaridade, desempregados ou envolvidos em bicos e trabalhos informais, às vezes com experiências anteriores de despejos. Muitas das famílias são chefiadas por mães solo. Também são frequentes casos de indivíduos que chegam à ocupação apresentando quadros de depressão e comprometimento da saúde mental e/ou dependência química, associados a sentimentos de rejeição, inutilidade, invisibilidade e humilhação social (BOULOS, 2016). Assim, diante da ausência flagrante do Estado em suas vidas, o suporte do movimento social – oferendo acesso à alimentação, abrigo, acolhimento, vivência coletiva cotidiana, formação política e cidadã e participação social – acaba sendo a oportunidade para a reconstrução de seus projetos de existência e a brecagem de uma iminente situação de rua.

É, portanto, nessas circunstâncias de alto risco, incerteza e hostilidade, mas também de resgate da autoestima, solidariedade e resistência, que as hortas coletivas urbanas das ocupações organizadas pelo MTST são criadas e mantidas.

Hortas coletivas nas ocupações: virtudes e desafios

É comum que hortas individuais ou familiares em torno dos barracos, e mesmo hortas coletivas, sejam cultivadas espontaneamente em ocupações (ALMEIDA, 2016; TONUCCI FILHO, 2019). Em 2021, entretanto, durante a pandemia por COVID-19, o MTST incorporou essa atividade em sua práxis, ao implementar hortas coletivas nos terrenos de seus acampamentos em periferias de várias cidades do Brasil.

As hortas, além de avivar a função social do território ocupado, têm o objetivo de complementar o abastecimento das cozinhas coletivas[[12]](#footnote-11) das ocupações, produzindo, sem o uso de agrotóxicos, predominantemente, hortaliças, legumes, ervas aromáticas e medicinais, possibilitando às famílias acampadas acesso de forma gratuita a ingredientes frescos e, consequentemente, uma melhoria de sua alimentação, num cenário nacional grave de fome crescente (SALATA & RIBEIRO, 2022; II VIGISAN, 2022).



Figura 1: Atividades de manejo e colheita na horta da Ocupação Carolina Maria de Jesus.

Imagem: Patricia Amorim.

Para a realização dessa empreitada, o MTST instituiu, dentre seus coletivos organizativos, o setor de Hortas e Segurança Alimentar, que, na Grande São Paulo, possui uma coordenação e grupos territoriais para atuar nas hortas das ocupações situadas nas periferias das zonas Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e em Santo André e Guarulhos. Esses grupos são compostos por militantes do MTST vindos das brigadas[[13]](#footnote-12), os quais trabalham em conjunto com comissões locais formadas pelo pessoal da base – ou seja, os acampados – e ainda com apoiadores externos, interessados em colaborar com doações de sementes, mudas e insumos, mutirões e demais atividades nas hortas e nas cozinhas coletivas. Cooperação é, portanto, a palavra de ordem, visto que os recursos financeiros do setor são escassos, complementados pela venda de rifas e de camisetas do coletivo.

Em junho de 2023, o MTST contabilizava dez hortas coletivas em diferentes estágios de produtividade e manutenção: na zona Norte, Nova Canudos (Taipas); na zona Leste, Carolina Maria de Jesus (Jardim Iguatemi), Elza Soares e Esperança Vermelha (Cidade Tiradentes) e Condomínio Dandara (Jardim Nova Vitória); na zona Sul, Luisa Mahin (Parelheiros), Nova Palestina (Jardim Angela) e Faixa de Gaza (Paraisópolis); em Santo André, Lélia Gonzales (Campestre); e em Guarulhos, Maria da Penha (São João).



Figura 2: Hortas coletivas urbanas do MTST na Grande São Paulo (situação em junho de 2023). Autora: Patricia Amorim.

As atividades de campo são divulgadas regularmente através dos perfis das ocupações nas redes sociais e do perfil do coletivo de hortas no Instagram (@hortaurbana.mtst). Os apoiadores externos são informados sobre os mutirões por meio de um grupo fechado no Whatsapp (Apoio Horta MTST). Palavras de ordem consagradas como "MTST, a luta é pra valer!" e "Fé na luta, venceremos!" ganharam novas versões como "MTST, a luta e a horta são pra valer!", "Fé na horta, colheremos!" e "Fé na horta, comeremos!". Essa orientação também tem se refletido na comunicação visual do MTST, que passou a utilizar com frequência, em suas postagens online, elementos gráficos referentes a ferramentas agrícolas e espécies cultivadas nas hortas, reforçando sua associação ao tema da agricultura urbana, da segurança e soberania alimentar e do acesso a alimentos nutritivos e sem veneno pela população periférica.

Desde abril de 2022, temos realizado visitas exploratórias e participado de mutirões em quatro hortas: Ocupação Carolina Maria de Jesus, Ocupação Elza Soares, Ocupação Nova Canudos e Ocupação Lélia Gonzales. Esse acompanhamento inicial indica que, até junho de 2023, a horta coletiva da Carolina Maria de Jesus é a que tem apresentado a maior diversidade de cultivos (hortaliças, leguminosas, tubérculos, temperos e ervas medicinais) e produção consistente, direcionada ao abastecimento parcial das cozinhas coletivas da ocupação, com atuação constante da comissão local de acampada(o)s. Ou seja, com regularidade, a horta consegue prover alimentos em quantidade significativa para o complemento das refeições, como saladas e legumes refogados no almoço, sendo de fato consumidos cotidianamente pelas famílias.

Percebe-se ainda que essas primeiras iniciativas do MTST voltadas à produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo das ocupações são realizadas por militantes – brigadistas e moradores das ocupações – e apoiadores que estão aprendendo na prática cotidiana sobre o cultivo e o manejo sustentável de hortas coletivas urbanas. Aquelas e aqueles envolvidos que possuem conhecimentos tradicionais e/ou formais sobre produção agrícola e/ou agroecologia são exceções, embora seja perceptível que esses saberes estão cada vez mais presentes nas conversas e práticas nos canteiros, principalmente em relação à importância do cultivo livre de insumos químicos.

Também estão instalados em algumas das hortas do MTST, sistemas de irrigação automáticos, sendo um dos exemplos a Ocupação Carolina Maria de Jesus. Ferramentas agrícolas, como enxada, pá, roçadeira, cavadeira articulada e rastelo, entre outras, pertecem, salvo raros casos, aos militantes ou apoiadores, não havendo um paiol próprio do setor de Hortas. Mudas, biofertilizantes, telas para cercamento, sombrite e outros materiais são adquiridos via arrecadação de fundos.

É importante apontar ainda que, dentre as pessoas comprometidas com essa tarefa, as mulheres têm sido a maioria. Tanto no setor de Hortas e Segurança Alimentar quanto entre moradores atuantes nas hortas e nas cozinhas coletivas das ocupações. Assim, é possível reconhecer, nesta etapa inicial da pesquisa, que o sistema hortas-cozinhas, responsável por fornecer a alimentação diária das famílias acampadas, é uma empreitada predominantemente feminina. Sobressai, portanto, o recorte de gênero no que diz respeito às atividades de cultivo de alimentos para subsistência e de preparação das refeições dentro das ocupações do MTST. Destaca-se, de modo evidente, o papel fundamental das mulheres na força de trabalho e no próprio sustento da luta social. Nos termos de Silvia Federici (2019, p. 15), este é mais um caso de mulheres atuando como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade, “reprodução tanto como garantia de sobrevivência quanto como possibilidade de resistência”.

O envolvimento dos moradores das ocupações com as atividades das hortas coletivas é um aspecto chave a ser levado em conta. Diferentemente das lutas que ocorrem no campo – onde camponeses demandam terra para viver, trabalhar e produzir – na cidade, e no âmbito específico do movimento popular por moradia, o objetivo final não é exatamente a conquista da terra urbana, mas sim da casa própria, da chave do apartamento. Considerando ainda que trata-se, em sua maioria, de pobres urbanos constamente em busca de alguma fonte de renda e em situação de grave vulnerabilidade social, econômica e sanitária; com precário nível educacional; geralmente sem familiaridade com técnicas de plantio e manejo; com a saúde comprometida; e em constante embate com a escassez de alimentos de qualidade e a desnutrição, a adesão dessas famílias ao árduo, processual e lento trabalho nas hortas é flutuante. Ciente disso, no que tange à sustentabilidade das hortas a longo prazo – e para além da tenaz atuação dos brigadistas e apoiadores – são parte determinante dos esforços do setor de Hortas a educação ambiental e alimentar dos acampados, com foco em seus benefícios imediatos, e o estímulo constante ao engajamento dessa comunidade. Ainda nesse horizonte, não se descarta a possibilidade da produção de alimentos nas ocupações como meio para a geração de renda.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base neste primeiro mapeamento, é justo considerar que as hortas coletivas nas ocupações – experiência autogestionária e voltada ao autoconsumo, à margem das práticas de agricultura urbana reconhecidas e subvencionadas por programas municipais – despontam como iniciativas recentes do MTST que fortalecem a confluência das pautas de acesso à terra urbana, direito à moradia e direito à alimentação adequada, constitutivas do mínimo existencial para o atendimento das necessidades vitais e de dignidade (BOTELHO & FAVA, 2015), demandas cruciais das populações em situação de pobreza e extrema pobreza. Representam ainda expressões não disruptivas da luta social, atuando pela via da solidariedade e cooperação, da busca de "soluções de forma coletiva e a partir do território das relações" (SOUTO, 2022, p. 175).

Num outro viés, essas ações, em conjunto com suas "práticas de difusão" (GOHN, 1997, p. 266) em redes sociais e veículos de comunicação, ajudam a ampliar e fortalecer a referência do MTST nas e para além das periferias da cidade de São Paulo, atraindo novos parceiros e simpatizantes célebres – e, porque não, eleitores. Exemplo do que estudiosos dos movimentos sociais chamam de "solidariedade social", recurso que dá "impulso à ação coletiva" e encoraja outros setores a apoiarem o Movimento (SILVA, 2018), que vai progressivamente construindo uma agenda midiática positiva, em contraposição à longeva criminalização por parte da imprensa, do judiciário, da polícia e de segmentos da sociedade.

Nesse sentido, o aprofundamento desta investigação permitirá conhecer não apenas a rotina das hortas e o papel que desempenham nas ocupações e dentro do MTST, mas contribuirá para a compreensão de uma prática singular de agricultura urbana que, mesmo em face de graves desafios ambientais, sociais e infraestruturais, reivindica autonomia, criatividade e protagonismo nos territórios populares.

**REFERÊNCIAS**

II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALMEIDA, Daniela. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

\_\_\_. BIAZOTI, André. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, vol. 13, n. 1, jul. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/169>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARAÚJO, Maria do Socorro; CARVALHO, Alba. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan.abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjyYvw6PTtpjcw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOTELHO, Tiago; FAVA, Gustavo. Mínimo existencial e o direito à alimentação e à moradia: implicações da política fundiária e da função social da propriedade. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 17, n. 17, jan/jun, 2015. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/507>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BOULOS, Guilherme. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CARIAS, Fernanda. **Convencional, orgânico ou agroecológico: que produto é esse?.** Dissertação de mestrado. Alegre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2620/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CASTRO, Ana Paula. Proposta do Orçamento de 2023 prevê redução de 95% nos recursos do programa Casa Verde Amarela. **G1**, set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/15/proposta-do-orcamento-de-2023-preve-reducao-de-95percent-nos-recursos-do-programa-casa-verde-amarela.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\_Alimentar\_II/textos\_referencia\_2\_conferencia\_seguranca\_alimentar.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

COZINHA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

DIAS, André; MIGLIARI, Wellington. O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo? Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Belo Horizonte: Marginália, 2022.

FALCHETTI, Cristhiane. Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 25, mai-ago, 2022. Disponível em:<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/download/888/422>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FAO. 2022 The state of food security and nutrition in the world. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2022. Disponível em:<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

\_\_\_. La agricultura urbana y periurbana. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2023. Disponível em:<https://www.fao.org/urban-peri-urban-agriculture/es. Acesso em: 20 jan. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LUCCA, Bruno. Retomada de despejos leva incerteza a ocupação em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2022.Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/retomada-de-despejos-leva-incerteza-a-ocupacao-em-sao-paulo.shtml?utm\_source=sharenativo&utm\_medium=social&utm\_campaign=sharenativo>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de Princípios**, 2015.

NAGIB, Gustavo. NAKAMURA, Angélica. Urban agriculture in the city of São Paulo: new spacial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food. **Global Food Security**, v. 26, 2020. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211912420300328>. Acesso em: 24 mai. 2022.

O CAMINHO da prosperidade: proposta de plano de governo. Bolsonaro 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\_1534284632231.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAOLINELLI, Marina S.; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta por moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.21, n. 46, set/dez 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade**. São Paulo, Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em:<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022\_Tabelas.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

RELATOR apresenta parecer sobre projeto que recria o Programa de Aquisição de Alimentos. **Agência Câmara de Notícias.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/973512-relator-apresenta-parecer-sobre-projeto-que-recria-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCERB, Philippe. A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral. **Contemporânea**, v. 11, n.2, mai. ago. 2021. Disponível em:<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/801>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVA, Paulo. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em:<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SORAGGI, Ana Carolina; ARAGÃO, Thêmis; CORRÊA, Filipe. **O papel das ocupações urbanas como elemento de repertório dos movimentos de moradia na inflexão ultraliberal.** INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/TD-003-2019\_Ana-Themis-e-Filipe\_Final.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUTO, Luisa. **Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Louvain-la-neuve, 2022. Disponível:<https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A268003/datastream/PDF\_01/view>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TONUCCI FILHO, João Bosco. Ocupações por moradia e a produção do comum urbano na periferia: explorações a partir de Belo Horizonte. In: SILVEIRA, Clóvis; BORGES, Gustavo; WOLKMER, Maria de Fátima. **O comum, os novos direitos e os processos democráticos emancipatórios.** Caxias do Sul: Educs, 2019.

VÉRAS, Maura. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, ja. jun. 2016. Disponível em:<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/185>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VICTOR, Fábio. O herdeiro. **Piauí**, São Paulo, n. 140, mai. 2018. Disponível em:<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-herdeiro/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

VILAS BOAS, Patrícia. Moradores de ocupações aguardam moradia a quase uma década em São Paulo. **AgênciaMural**,SãoPaulo,23nov.2022.Disponível:<https://www.agenciamural.org.br/especiais/moradores-de-ocupacoes-aguardam-moradia-ha-quase-uma-decada-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ZIBECHI, Raúl. **Territories in resistance: a cartography of Latin American social movements.** Oakland, Edinburgh, Baltimore: AK Press, 2012.

1. UFSCar e FAUUSP, pat.amorim@gmail.com [↑](#footnote-ref-0)
2. UFSCar, ricardo.borsatto@ufscar.br [↑](#footnote-ref-1)
3. UNIFESP, giovanna.milano@unifesp.br [↑](#footnote-ref-2)
4. De acordo com a FAO (2023), a agricultura urbana e periurbana diz respeito a práticas que fornecem alimentos e outros produtos através da atividade agrícola e os processos a ela relacionados (transformação, distribuição, comercialização, reciclagem, etc.), realizadas em terra ou outros espaços nas cidades ou regiões vizinhas, oferecendo uma estratégia fundamental para construir a resiliência do abastecimento alimentar no meio urbano. [↑](#footnote-ref-3)
5. A agricultura orgânica, em contraponto à agricultura convencional, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos, resultando em alimentos mais saudáveis, sem causar danos ao meio ambiente, favorecendo sistemas de produção biodiversos (CARIAS, 2021). A agroecologia diz respeito a um conjunto de “princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 2008, p. 21). [↑](#footnote-ref-4)
6. Ocupações são assentamentos humanos realizados por pobres urbanos de modo informal, autônomo e gradual (PAOLINELLI & CANETTIERI, 2019). Elas podem ocorrer de forma espontânea e difusa, sem a condução de uma liderança específica; podem resultar da ação de um agente loteador, no caso de ocupações mercantilizadas; e outras podem ser controladas por facções criminosas. Neste trabalho, tratamos de ocupações organizadas por movimentos sociais, no sentido de Zibechi (2012), nas quais a organização coletiva é anterior à entrada em terrenos ociosos que não cumprem a função social da propriedade urbana prevista em lei, agindo como forma de denúncia ao poder público e de reivindicação do direito à moradia digna determinada pela Constituição. [↑](#footnote-ref-5)
7. O programa habitacional Casa Verde e Amarela passou a vigorar em agosto de 2020, durante o governo Bolsonaro, em substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, pela gestão petista. Em fevereiro de 2023, contudo, foi extinto o programa Casa Verde e Amarela e relançado o PMCMV, no atual mandato do presidente Lula. [↑](#footnote-ref-6)
8. Localizadas em centros urbanos, periferias e hiperperiferias de diversas cidades brasileiras, as Cozinhas Solidárias do MTST contabilizavam, em junho de 2023, 45 unidades em 14 estados. Sua função é oferecer diária e gratuitamente almoços para famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua, sustentadas por doação de alimentos e campanha online para arrecadação de recursos (COZINHA SOLIDÁRIA, 2022). Além do fornecimento de marmitas, as Cozinhas Solidárias do MTST servem como espaços para atendimento jurídico e psicológico, rodas de mulheres, alfabetização de adultos, reforço escolar, saraus e cursos diversos. A vocação desses equipamentos estaria relacionada a ações de combate à fome, à construção de alianças locais entre o Movimento e a comunidade e à formação política e conscientização dos moradores sobre direitos fundamentais de vida digna. [↑](#footnote-ref-7)
9. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004, p.4), segurança alimentar e nutricional (SAN) "é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis". [↑](#footnote-ref-8)
10. Soberania alimentar diz respeito ao direito de cada país de "definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos" (CONSEA, 2004, p.4). [↑](#footnote-ref-9)
11. As hortas coletivas e as Cozinhas Solidárias têm sido reivindicadas por Boulos e pelo MTST como iniciativas propensas à conversão em políticas públicas em favor da segurança alimentar e nutricional. Na função de relator do PL 2920/23, que recria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Boulos propõe, entre outras emendas, a criação do Programa Cozinha Solidária e a inclusão da agricultura urbana e periurbana entre os fornecedores do PAA (RELATOR, 2023). [↑](#footnote-ref-10)
12. Nas ocupações realizadas pelo MTST, a instalação das cozinhas coletivas é uma das primeiras iniciativas em terreno. Lideradas geralmente por mulheres acampadas, as cozinhas atendem as famílias, servindo três refeições diárias e ainda o café das equipes que realizam a trilha (ronda norturna) durante a madrugada. Além disso, esses espaços são importantes locais de sociabilização e tomada de decisões coletivas.

    [↑](#footnote-ref-11)
13. O MTST amplia e qualifica sua militância por duas vias. Uma delas é a formação de lideranças vindas da base, as quais assumem tarefas organizativas e políticas nas ocupações, e se integram ao movimento. A outra é a adesão às brigadas a partir de convocatórias públicas anuais para o ingresso de militantes que irão atuar na construção do movimento, em suas atividades e nas ocupações. Em geral, são pessoas oriundas da classe média, muitos deles jovens, com formação universitária e/ou ativistas, e que não são moradores das ocupações (MTST, 2015). O setor de Hortas tem atraído grande número de brigadistas, o que sublinha o interesse crescente em questões como agricultura urbana, agroecologia e segurança alimentar e nutricional. [↑](#footnote-ref-12)